



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS BOLÓGICAS E DA SAÚDE – CCBS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

ÉLIDA DANTAS DO NASCIMENTO

**QUANTO CUSTA UMA ANÁLISE?: Os discursos construídos por estudantes de
psicologia sobre a significação do pagamento em Psicanálise**

CAMPINA GRANDE

- 2011 -

ÉLIDA DANTAS DO NASCIMENTO

QUANTO CUSTA UMA ANÁLISE?: Os discursos construídos por estudantes de psicologia sobre a significação do pagamento em Psicanálise

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel/Licenciado em Psicologia.

Orientador (a): Prof. Dra. Jailma Souto de Oliveira da Silva.

CAMPINA GRANDE

- 2011 -

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

- N244q 1- Nascimento, Elida Dantas do.
Quanto custa uma análise? [manuscrito]: Os discursos construídos por estudantes de psicologia sobre a significação do pagamento em psicanálise / Elida Dantas do Nascimento. – 2011.
2- 31 f.
3- Digitado.
4- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2011.
“Orientação: Profa. Dra. Jailma Souto Oliveira da Silva, Departamento de Psicologia”.
1. Psicanálise. 2. Psicologia Social. 3. Análise de discurso. I. Título.


21. ed. CDD 150.195

ÉLIDA DANTAS DO NASCIMENTO

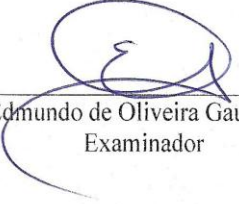
**QUANTO CUSTA UMA ANÁLISE?: Os discursos construídos por estudantes de
psicologia sobre a significação do pagamento em Psicanálise**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Graduação em Psicologia da
Universidade Estadual da Paraíba, em
cumprimento à exigência para obtenção do
grau de Bacharel/Licenciado em Psicologia.

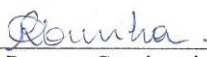
Aprovada em 22/06/2011



Prof.ª Dra.ª Jailma Souto Oliveira da Silva/ UEPB
Orientadora



Prof. Dr. Edmundo de Oliveira Gaudêncio / UEPB
Examinador



Prof.ª Ms.ª Roseana Cavalcanti da Cunha / UFPB
Examinadora

QUANTO CUSTA UMA ANÁLISE?: Os discursos construídos por estudantes de psicologia sobre a significação do pagamento em Psicanálise

HOW MUCH IS A TEST?: Psychology students speeches about payment significance in Psychoanalysis

NASCIMENTO, Élide Dantas¹

RESUMO:

O ato de pagar no processo da clínica em psicanálise é muito significativo. Essa questão deve ser tratada tão singularmente como o sofrimento único daquele que fala, ou seja, o pagamento ocorre de forma diferente em cada par analista-analisando. Desta forma, é importante que tal fato não seja negligenciado no decorrer da análise, pois o ato de pagar está para além da moeda corrente, é parte da sintomatologia do sujeito. Guiados por essa premissa, realizamos uma pesquisa, que teve como objetivo principal analisar os discursos construídos sobre o pagamento em Psicanálise por estudantes do curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. O grupo pesquisado dividiu-se entre alunos inseridos no grupo de pagantes e estagiários implicados na experiência de não cobrar o atendimento oferecido na Clínica Escola. Optamos por uma metodologia qualitativa, na qual foram obtidos 16 depoimentos orais, dois de sexo masculino e 14 de sexo feminino. Para a análise das entrevistas, utilizamos a orientação teórico-metodológica da Psicologia Social Discursiva - a produção de sentidos a partir da análise de discurso. Os resultados mostraram que os discursos, em geral, reproduzem sentidos que vinculam o pagamento: a uma prestação de serviço do analista, a um investimento do sujeito; está ligado a demanda de amor, a angústia, ao sofrimento e a desistência do processo analítico. Além disso, todos os entrevistados em seus discursos sugerem a implantação de um preço simbólico na clínica escola de psicologia da UEPB, pois para eles o valor simbólico fará com que os pacientes se impliquem mais no seu tratamento.

PALAVRAS-CHAVE: Pagamento; Psicanálise; Análise de discurso; Clínica Escola.

ABSTRACT:

The paying act in the clinical psychoanalysis process is very significant. This issue should be treated as uniquely as the unique suffering of the speaker, that is, payment occurs differently in each pair analyst-analysand. Thus, it is important that this fact is not overlooked during the analysis, because the act of paying is far beyond the currency, is part of the symptoms of the subject. Guided by this premise, we conducted a survey, which aimed at analyzing the speeches made on the payment in Psychoanalysis by Universidade Estadual da Paraíba - UEPB psychology students. The research group was divided between students participating in the group of payers and trainees involved in the experience of not charging the

service offered at the Clinical School. We chose a qualitative methodology, in which 16 were obtained from oral testimony of two male and 14 female. For the interviews analysis we used the theoretical and methodological orientation of Discursive Social Psychology - the meaning production from the discourse analysis. The results showed that the speeches in general reproduce meanings that link the payment: an analyst service, a subject investment, is bound to demand love, anguish, suffering and analytic process abandonment. In addition, all respondents in their speeches suggest the deployment of a symbolic price in Clinical Psychology School of UEPB, because they think symbolic value will cause more patients engagement.

KEYWORDS: Payment; Psychoanalysis, Discourse analysis; Clinical School.

1. INTRODUÇÃO

A questão do pagamento é importante e presente em qualquer situação de análise. Na clínica psicanalítica, o pagamento não é uma problemática sólida, alheia ao padecimento do paciente. Pelo contrário, essa questão deve ser tratada tão singularmente como o sofrimento único daquele que fala, isto é, o ato de pagar ocorre de forma diferente em cada par analista-analisando e, desta forma, é importante que tal fato não seja negligenciado no decorrer da análise (DI GIACOMO, 2010).

O presente trabalho teve como objetivo principal analisar os discursos construídos sobre o pagamento em Psicanálise por estudantes do curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. O grupo pesquisado dividiu-se entre alunos inseridos no grupo de pagantes e estagiários implicados na experiência de não cobrar o atendimento oferecido na Clínica Escola.

No curso de Psicologia da UEPB, os futuros psicólogos partem para a vida profissional com pouco ou nenhum conhecimento sobre como lidar com a questão do pagamento com seus pacientes e, mais especificamente, dentro da teoria psicanalítica, sem conhecer o significado do ato de pagar e do ato de cobrar uma análise, pois essa temática é pouco discutida, sendo abordada apenas em uma única disciplina no quarto ano do curso.

¹ Graduanda em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB e Pós-graduanda em Saúde Mental pela Faculdade Integrada de Patos – FIP.

Guiados por essa premissa, esta pesquisa pauta-se na importância de observarmos como estudantes de Psicologia em processo de análise passam por essa problemática do pagamento, pois dependendo da forma como ele se posiciona diante do ato de pagar, isso interferirá no andamento do seu processo analítico. Em contrapartida, escutar também os estudantes, que se encontram no último ano do curso de Psicologia, sobre como é manejar a questão do pagamento na clínica escola. Uma vez que o processo é entendido como “gratuito”, haja vista que não há utilização de moeda corrente.

Diante do exposto, surgiram algumas indagações referentes à temática: Existe um lugar do dinheiro na experiência analítica? Como o dinheiro é incluído e manejado em uma análise? Pelo que paga um sujeito em análise? E o analista, também paga? Como o sujeito está pagando? E o que o analista está ganhando?

Neste sentido, a relevância da nossa pesquisa foi, por conseguinte, a de poder contribuir nas discussões sobre o tema, pois durante todo o levantamento bibliográfico ficou claro a escassez de trabalhos publicados sobre o pagamento na Psicanálise.

Desenvolvemos uma pesquisa qualitativa. O número de entrevistados foi delimitado, de acordo com o critério de acessibilidade e o critério do ponto de saturação. Para a análise das entrevistas, utilizamos a orientação teórico-metodológica da Psicologia Social Discursiva - a produção de sentidos a partir da análise de discurso.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Práticas discursivas e produção de sentidos

Na história da psicologia social, é notório o papel atribuído à linguagem na constituição dos processos psicossociais. No entanto, ela tem sido vista predominantemente pelos teóricos que fizeram a história dessa disciplina como um meio neutro, cuja única função é expressar pensamentos, sentimentos e outras entidades psicológicas. Mas, nas últimas três décadas, a psicologia social vem dando lugar ao reconhecimento do papel fundamental da linguagem e do discurso na construção do psiquismo humano e das relações sociais (VELOSO et al., 2011). Assim, no contexto atual, os analistas do discurso (SPINK; FREZZA, 2004; POTTER, 1998; WETHERELL; POTTER, 1992; POTTER; WETHERELL, 1987; GERGEN, 1985) pretendem, acima de tudo, ser uma alternativa à Psicologia Social tradicional.

Nessa perspectiva, o argumento teórico que será aqui desenvolvido pauta-se pelo pressuposto de que conhecer é dar sentido ao mundo, que usar a linguagem é uma forma de ação como qualquer outra. Não se trata, portanto, de mero processamento de informação, da adesão a uma ou outra teoria científica, ou da possibilidade cognitiva da construção lógica do pensamento. O conhecimento na ótica da produção de sentido implica, sobretudo, no posicionamento perante os dados, as teoria, e os outros - nossos interlocutores diretos ou genéricos (SPINK; GIMENES, 1994).

A proposta teórico-metodológica do estudo da produção de sentidos, a partir das práticas discursivas, fundamenta-se no construcionismo que, partindo da Psicologia Social e da Sociologia do Conhecimento, preocupa-se com os processos de produção de sentidos na vida cotidiana, isto é, com o momento da interação durante o qual os processos de conservação e transformação social acontecem. Nessa perspectiva, o sentido é entendido como uma construção dialógica e social:

O sentido é uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas – na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas – constroem termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta (SPINK; MEDRADO, 2004, p. 41).

A investigação sócio-construcionista ocorre na exterioridade dos processos e das estruturas da interação humana – os termos explicativos do mundo resultam da ação social historicamente localizada (SPINK; FREZZA, 2004). O construcionismo exclui a noção de conhecimento como um reflexo da natureza, afirmando-o enquanto construção conjunta, reagindo, conseqüentemente, ao representacionismo, que concebe a mente como um espelho da natureza (ÁLVARO; GARRIDO, 2006).

Como pontuam Spink e Frezza (2004), a adoção plena da perspectiva construcionista exige a desconstrução de noções culturais arraigadas. Essa é uma reflexão necessária para que haja a “desfamiliarização” com construções conceituais que se transformaram em crenças, e que, portanto, estão a dificultar o estudo da construção de novos repertórios interpretativos, descrições e explicações sobre o mundo – os processos de produção de sentidos na vida cotidiana.

[...] a noção de repertórios interpretativos [...] não visa desvelar teorias preexistentes ou núcleos organizadores dos significados de determinados fenômenos. Trata-se, simplesmente, de unidades de construção das práticas discursivas: termos, descrições, lugares-comuns, figuras de linguagem que constituem o leque de possibilidades da construção dos sentidos (SPINK, 2003, p.14-15).

É importante ressaltar que a produção de sentidos não é um processo cognitivo individual, mas uma prática social e, por ser social, é dialógica, implicando a linguagem em uso. Assim, os sentidos são construídos quando duas ou mais vozes se confrontam (SPINK; FREZZA, 2004).

Com isso, Gill (2003, p.252) reconhece que a produção de sentidos e as relações sociais estabelecidas no cotidiano das pessoas são permeadas por prescrições e regras lingüísticas, que tendem a manter e reproduzir discursos. No entanto, no uso da linguagem, não há somente reprodução social, há, também, diversidade e polissemia. Portanto, as práticas discursivas são concebidas como “momentos de ressignificações, de rupturas, de produção de sentidos”, como “momentos ativos do uso da linguagem, nos quais convivem tanto a ordem como a diversidade”.

De acordo com a flexibilidade contextual, as práticas discursivas assumem um posicionamento ativo perante essa reconstrução social, podendo ser definidas como “linguagem em ação, ou seja, o modo a partir do qual as pessoas estão produzindo sentidos e também se posicionando em relações sociais cotidianas” (SPINK; MEDRADO, 2004, p.45).

Essas relações estão em constante mudança, devido à própria natureza polissêmica da linguagem, que possibilita a experiência de variadas situações dentro dos inúmeros contextos vivenciados diariamente. Concomitantemente a esse processo contextual, nota-se a presença marcante da temporalidade. Então, é preciso estar atento ao tempo a que as pessoas fazem referência em seus discursos.

Segundo a concepção de Bakhtin (1994 apud SPINK; MEDRADO, 2004), há uma divisão temporal que dialoga entre o “pequeno tempo” e o “grande tempo”. Esses tempos são classificados de acordo com o que eles englobam: se ele englobar o dia presente, atual, um passado recente ou um futuro esperado, estará se reportando ao tempo pequeno; no caso de englobar um tempo em que haja um “diálogo infinito e inacabado no qual nenhum sentido morre”, estará tratando do tempo grande.

A proposta da produção de sentidos, a partir das práticas discursivas, adota a classificação do tempo, subdividindo-o em três tipos históricos: o tempo longo, que marca os conteúdos culturais, o tempo vivido, que diz respeito ao processo de ressignificação dos processos históricos, e o tempo curto, que é referente à interação social face-a-face (SPINK; MEDRADO, 2004).

De acordo com os autores supracitados, o tempo longo se refere ao tempo da memória, que é afirmada pelo domínio da construção social dos conteúdos culturais que formam o discurso de uma determinada época. Nesse discurso, as pessoas, sujeitos sociais, compartilham de vozes de outrora, e essas vozes reinterpretem diversos campos de conhecimentos, como religião, ciência e senso comum, afirmando-os ou modificando-os.

Já o tempo vivido “é o nosso ponto de referência afetivo, no qual enraizamos nossas narrativas pessoais e identitárias” (SPINK; MEDRADO, 2004, p. 52) e em que ocorre a aprendizagem das linguagens sociais. O tempo vivido corresponde às experiências de cada um, adquiridas durante o percurso de vida pessoal. Contudo, é também o tempo da memória traduzida em afeto.

Por sua vez, o tempo curto é o tempo do acontecimento. Esse é o momento concreto da vida social, vista em seu caráter interativo. Portanto, as possibilidades de combinação das vozes, ativadas pela memória cultural do tempo longo ou pela memória afetiva do tempo vivido, fazem-se presentes. Segundo os referidos autores, é nas interfaces do tempo longo, vivido ou curto que é possível compreender como os sentidos circulam na sociedade.

Assim, a produção de sentidos na sociedade é elaborada a partir de práticas discursivas que permeiam a temporalidade, o contexto sócio-histórico e o universo midiático, pois “a mídia introduziu transformações substanciais nas práticas discursivas cotidianas, ou seja, nas formas como as pessoas produzem sentidos sobre os fenômenos sociais e se posicionam” (MEDRADO, 2004, p. 245).

Cabe, ainda, assinalar, como afirma Spink (2003), que, ao contribuir para a compreensão da construção social dos diversos saberes, a ótica construcionista gera uma visão mais integrada, interdisciplinar, ampliando as suas possibilidades de atuação, enquanto perspectiva teórica. Além disso, Wetherell e Potter (1992) afirmam que o enfoque na variabilidade dos discursos é algo fundamental. Os discursos acerca de um determinado tema podem variar tanto em nível grupal, quanto nas diferentes intervenções discursivas de um mesmo indivíduo. Nos discursos, além da consistência, encontramos também inconsistência e contradição.

2.2 O pagamento na Psicanálise

Em uma análise a questão em jogo não se confunde com uma livre expressão do querer, mas sim do desejo que tal sujeito descobre de forma inédita em sua vida. Nesse sentido, pela Psicanálise, não é a posse ou mesmo a conquista de um determinado objeto que

define a presença do desejo, mas sim, a descoberta e o cultivo de um novo estilo de ser, pela falta. Que a partir daí o sujeito reorganiza sua presença no campo dos objetos; é algo ao qual estará concernido (GORDON, 2000).

No texto “Sobre o início do tratamento” de 1913, Freud relata as condições para que uma análise ocorra. Nesse texto ele traz condições, e não regras, pois a única regra estabelecida por Freud foi à associação livre (QUINET, 2009).

Ela não está do lado do analista, e sim do analisante. Trata-se de uma regra correlata à própria estrutura do campo psicanalítico aberto por Freud. É a associação livre que marca o início da Psicanálise e também o início de cada psicanálise - é o ponto em que a análise deve começar (QUINET, 2009, p.09).

Guéguen (2007) reforça também essa idéia que a análise não possui regras, não possui ritual e que ela não deve seguir nenhum enquadre:

[...] o fato de haver análise não depende nem de sua duração, nem do lugar, nem do ritual, mas sim do tipo de operação que se efetua sobre o gozo, graças aos poderes da fala: para nós, o enquadre é feito para servir à análise, e não que a análise seja feita para servir ao enquadre (GUÉGUEN, 2007, p. 19).

No entanto, Freud relata algumas condições para o *setting* analítico. A primeira é denominada de entrevistas preliminares. É o momento que antecede a análise de fato. É marcada pela identificação do sintoma do paciente. A saída dessa condição acontece quando ocorre a retificação subjetiva onde o paciente consegue se implicar no seu sintoma (QUINET, 2009).

O sintoma é aquilo que se apresenta no início de uma análise, endereçado ao analista sob a forma de uma demanda. Devemos precisar que desde Freud o sintoma não coincide exatamente com aquilo de que o sujeito se queixa. Uma queixa pode vir sob a forma de um desconforto somático ou psíquico. O sintoma tem, na teoria freudiana, uma relação direta com a fantasia. Lacan nos esclarece que o sintoma é aquilo que envelopa a fantasia, o gozo que a fantasia comporta. [...] A entrada em análise se dá justamente pela queixa com o desprazer provocado pelo sintoma. [...] O sintoma como desprazer, sofrimento, é uma das condições para indicação de análise. Porém, não podemos deixar de considerar que também em Freud encontramos uma outra vertente do sintoma: como solução. Neste caso há a implicação da pulsão no sintoma, o que vai fazer com que o sujeito obtenha satisfação com ele. Esta satisfação é da ordem pulsional, portanto, compreende o objeto 'a', e é na medida em que sintoma e pulsão se articulam que o sintoma se torna resistente à interpretação (MACHADO, 2004, p.01-05).

Já a segunda condição é a passagem para o divã, que ocorre quando o paciente consegue estabelecer a transferência com o analista (QUINET, 2009). A transferência é uma etapa fundamental e indica que o paciente entrou em análise. A transferência ocorre desde o momento que o paciente escolhe seu analista, que é a transferência primária – quando o paciente supõe que o analista sabe algo sobre ele.

O estabelecimento da transferência é necessário para que uma análise se inicie: é o que denominamos de função transferencial das entrevistas preliminares. [...] A transferência não é, portanto, uma função do analista, mas do analisante. A função do analista é saber utilizá-la (QUINET, 2009, p.26).

A terceira condição é o tempo da análise. As sessões são estabelecidas em um plano da lógica do inconsciente e da ética da Psicanálise e não num plano burocrático. Com isso, “o tempo da sessão deve incluir em si mesmo e a cada sessão a finitude da análise. Assim, cada sessão de análise contém o final da análise” (QUINET, 2009, p.50).

A quarta condição é o capital, que se relaciona com a libido investida no processo analítico (QUINET, 2009). O presente trabalho se deterá, justamente, nessa quarta condição para análise. A forma como o sujeito se relaciona com o dinheiro é parte fundamental e indispensável no processo psicanalítico.

A questão do pagamento é importante e presente em qualquer situação de análise. Pela via do dinheiro circulam aspectos, que precisam de escuta por parte do analista e, que fundamentam certos manejos clínicos (DI GIACOMO, 2010). Assim, o ato de pagar possui uma significação importante em uma análise, tanto para o analisando, como para o analista.

Por parte de quem paga, o dinheiro serve para cifrar a perda de gozo do sintoma que se dá em uma análise. [...] Por parte de quem recebe, o dinheiro serve como antídoto para idéia de que o clínico poderia estar em uma posição de gozo em relação à sua escuta (REIS, 2008, p.141-142).

Freud (1996), no texto “Sobre o início do tratamento” de 1913, descreve fatores relacionados ao processo analítico, entre eles, ressalta a importância do dinheiro. O autor supracitado nos diz que o dinheiro deve ser levado em consideração como meio de autopreservação, algo da ordem da necessidade, ligado aos fatores sexuais e ao poder. De acordo com Quinet (2009), a questão do poder e dos fatores sexuais surge a partir da necessidade. Respalando-se em Freud, Quinet (2009) vem nos falar que “o sexual se divide

em amor e desejo”. O primeiro vai estar ligado à demanda do/ao Outro e o desejo é algo propriamente sexual.

Um analista não discute que o dinheiro deve ser considerado, em primeira instância, como meio de autopreservação e de obtenção de poder, mas sustenta que, ao lado disto, poderosos fatores sexuais acham-se envolvidos no valor que lhe é atribuído. Ele pode indicar que as questões de dinheiro são tratadas pelas pessoas civilizadas da mesma maneira que as questões sexuais - com a mesma incoerência, pudor de hipocrisia. O analista, portanto, está determinado desde o princípio a não concordar com esta atitude, mas, em seus negócios com os pacientes, a tratar de assuntos de dinheiro com a mesma franqueza natural com que deseja educá-los nas questões relativas à vida sexual (FREUD, 1996, p.146).

O dinheiro na análise está inserido na conjunção entre o que é da ordem do ciframento e o que é da ordem da libido, ou seja, o dinheiro relacionado ao significado fálico sob a forma de significante, afirmando assim que existe sempre em causa um gozo, uma energia libidinal (QUINET, 2009).

Se o que é da ordem do ciframento pode equivaler, no nível do inconsciente, à própria cifra (montante das operações comerciais), podemos fazer um paralelo e dizer que, na análise, a cifra, assim como o cifrão, vem representar o montante das operações libidinais (QUINET, 2009, p.76-77).

De acordo com Quinet (2009) a questão do dinheiro se desdobra em cinco funções. A primeira é a da necessidade, ela refere-se à necessidade de ter dinheiro para sobreviver. A segunda é a função do poder, e, mas, além disso, um “símbolo de poder que já recebe a marca fálica”. A terceira é a demanda, um objeto da demanda que “adquire um valor que o transmite em sinal de amor” – uma demanda de amor quando se dá dinheiro o que não se pode. A quarta função é a do desejo, isto é, desejo como significante. E a última é o gozo, ele estará presente em todas as funções anteriores. O gozo do dinheiro é a “libidinização do capital no ser falante”, ou seja, o “fator sexual” propriamente dito.

Um analista devolve ao sujeito o resto caído de seus dizeres, de seus atos, de suas escolhas. Por mais que o sujeito pague para se livrar disso, é justamente isso o que ele ganha em análise. Não há dinheiro que compre a alforria de seus próprios restos, de suas próprias marcas, de seus traços de gozo. O pagamento feito a um analista não é a compra de sua alforria do gozo, mas é a possibilidade para que o sujeito subverta a ordem psíquica e possa fazer com o desejo e com o gozo uma nova arrumação (CISCATO, 2011, p.01).

No *setting* analítico, o analisando paga ao analista que presencia o trabalho psíquico que o próprio sujeito realizou. Na mesma medida em que é requerida uma “cura” em troca do dinheiro, em que o paciente “paga para ganhar”, a oferta feita pelo analista é, em direção oposta, a de “pagar para perder”, colocando o sujeito diante do “ter e não ter” que o situa

como desejante. A questão do pagamento articula-se, então, com a possibilidade de o sujeito saber de seu desejo (SOUZA, 2000).

Em relação ao ato de cobrar a análise, Lacan (1985) e Bley (2003) afirmam que:

Se nós não cobrássemos, entraríamos no drama de Atreu e de Tieste que é o de todos os sujeitos que nos vêm confiar a verdade deles. Eles nos contam umas histórias danadas e por isso não estamos nem um pouco na ordem do sagrado, nem na do sacrifício. Todo mundo sabe que o dinheiro não serve simplesmente para comprar objetos, mas que os preços que, em nossa sociedade, são calculados o mais exatamente possível têm como função amortecer algo de infinitamente mais perigoso do que pagar em dinheiro, que consiste em dever algo a alguém (LACAN, 1985, p. 257).

A cobrança, do lado do analista é, assim, correlatada, em ato, da regra de abstinência, porque também em nossa língua se diz: “se é por dinheiro, não é por amor”. Cabe então, ao analista pagar com palavras; cobrar, neste caso, fazendo incidência de interpretação. Pois não basta que o paciente entregue dinheiro na ritualização do pagamento ao analista, ele também paga com palavras. No que é preciso que o analista cobre ao analisante a partir do lugar narcísico em que se recusa a pagar (BLEY, 2003, p.02).

O psicanalista, ao fazer o paciente pagar, não ocupa o seu lugar por amor, por sacrifício ou por ideal. Ele não toma o sujeito como objeto, mas para escutar as histórias de alto valor do sujeito, o analista recebe algo, no caso o dinheiro, que lhe permitirá escolher os objetos que quiser. Então o analista ao realizar a análise ele merece receber o pagamento, pelo trabalho propriamente dito, e porque ele próprio, paga nos três registros: no Simbólico (com as palavras e interpretações); no Imaginário (com sua pessoa, com a transferência); e no Real (com seu ser, anulando-se como sujeito no faz de conta de ser ‘objeto a’). Por essas razões, o psicanalista deve e merece receber o seu pagamento (QUINET, 2009).

Somente o encontro com o analista e o cuidadoso manejo ao amoldar o sintoma podem possibilitar o pagar. A entrada dessa moeda na análise é elemento integrante do manejo da transferência e possibilita que as questões ligadas a esse significante possam ser relançadas durante processo analítico. Assim, “o pagamento deve ser caro ao sujeito, é preciso cobrar não pouco para que esse preço lhe seja mais valioso que o seu sintoma. O sujeito deve pagar bem para que possa abrir mão de seu sintoma em nome da análise” (GARCEZ, 2009, p. 94).

Figueiredo (1997, apud CISCATO, 2011) reitera a idéia de Garcez que o analista deve “cobrar o que custe caro ao analisando”:

O dinheiro, fazendo às vezes do objeto perdido, entra em cena na primeira hora como o que se perde para garantir uma perda de gozo do sintoma, já em

questão quando se procura um analista. Por outro lado, o pagamento não teria só a função de fazer cair o objeto para apontar o caminho do desejo. Da parte do analista, oferecer sua escuta para receber em troca os inauditos segredos que revelam uma fantasia envergonhada de seu gozo pode bem dar a idéia de que é o analista quem goza disso. Falar pra fazer o outro gozar é, sem dúvida, o que não se deve esperar de uma análise. Nesse sentido, cabe ao analista fazer cobrar o que custe caro ao analisando, mas sem referência fixa ao preço do mercado ou à frequência padronizada. Deve pedir o que o sujeito tem a pagar reivindicando o que lhe é de direito: o acesso ao gozo do dinheiro. A quantia pode, muitas vezes, deixar a desejar para o bolso do analista. O preço entra mais do que nunca pela via da transferência, e a metapsicologia só tem a ganhar ao incluir o dinheiro em seu acervo teórico como um recurso importante no manejo da transferência. (FIGUEIREDO, 1997, p.99, apud CISCATO, 2011).

A autora supracitada deixa claro que o ato de pagar a um analista é uma possibilidade para que o sujeito subverta a ordem psíquica e possa fazer, a partir do seu sintoma, uma nova arrumação. Se esse pagamento não é feito através do dinheiro, cabe ao analista estabelecer de que forma ele está sendo realizado pelo sujeito. Cabe também ao analista garantir que receba pelo lugar ofertado. Com isso, se ele não está recebendo em dinheiro, é preciso que tenha claro que ganho está tendo. Caso contrário, o psicanalista corre o “sério risco de não apenas tornar o processo penoso em excesso ao sujeito, mas também de impedir que o paciente realize sua análise” (CISCATO, 2011, p.03).

Sobre tratamento gratuito, Freud (1996) vem nos dizer que:

As vantagens que busquei por esse meio não apareceram. O tratamento gratuito aumenta enormemente algumas das resistências do neurótico – em moças, por exemplo, a tentação inerente à sua relação transferencial, e, em moços, sua oposição à obrigação de se sentirem gratos, posição oriunda de seu complexo paterno e que apresenta um dos mais perturbadores obstáculos à aceitação de auxílio médico. A ausência do efeito regulador oferecido pelo pagamento de honorários ao médico torna-se, ela própria, muito penosamente sentida; todo o relacionamento é afastado do mundo real e o paciente é privado de um forte motivo para esforçar-se por dar fim ao tratamento (Freud, 1996, p.147-148).

Freud (1996), no decorrer do texto sobre o início do tratamento de 1913, também alega que é possível, que o tratamento gratuito venha beneficiar alguns sujeitos. No entanto, é preciso ter claro que para que isso venha a ocorrer, é necessário que o analista esteja muito bem situado. Isto é, na ausência do efeito regulador oferecido pelo pagamento, é necessário que outra coisa faça essa função reguladora no tratamento. Assim, de acordo com Ciscato (2011, p.02) “isso, por um lado, permite que o trabalho que o paciente precisa realizar não seja prejudicado, e, por outro lado, ajuda a localizar o desejo do analista”.

3. REFERENCIAL METODOLÓGICO

A escolha do tipo de pesquisa quantitativa e/ou qualitativa depende dos objetivos do trabalho desenvolvidos. Tendo como referencial, os nossos objetivos, propusemo-nos a realizar um estudo qualitativo. A abordagem qualitativa “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2007, p.21). Segundo a autora, esse conjunto de fenômenos humanos é entendido como parte da realidade social, onde podemos trabalhar com um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos.

A presente pesquisa foi realizada com os estudantes do Curso de Psicologia da universidade estadual da Paraíba. A coleta de dados ocorreu na clínica escola de Psicologia da UEPB. O grupo pesquisado dividiu-se entre alunos inseridos no grupo de pagantes e estagiários implicados na experiência de não cobrar o atendimento oferecido na clínica escola.

O número de entrevistados foi delimitado, de acordo com o critério de acessibilidade, que, é quando o entrevistado demonstra disponibilidade para dar a entrevista; e o critério do ponto de saturação. Esse ponto indica que já se dispõe de informações suficientes sobre determinado aspecto, pois a análise acompanha todo o processo de pesquisa e permite constatar, nas entrevistas, uma repetição dos conteúdos, indicando que já podemos encerrar a coleta de dados com o total de entrevistas obtidas (LANG; CAMPOS; DEMARTINI, 2001).

Utilizamos as entrevistas de depoimento oral. O depoimento oral consiste na obtenção de:

[...] dados informativos e factuais, assim como o testemunho do entrevistado sobre sua vivência ou participação em determinadas situações ou instituições que se quer estudar. Tenha-se presente que, nas ciências sociais, o depoimento não tem o sentido do estabelecimento da verdade, mas no conhecimento de uma versão (LANG; CAMPOS; DEMARTINI, 2001, p. 12).

Assim, durante as entrevistas, foi solicitado aos entrevistados um depoimento sobre o pagamento na Psicanálise. No decorrer da entrevista foram realizadas, pela pesquisadora, perguntas que contribuíram para atingir os objetivos propostos no estudo. Para garantia do anonimato, não foi relatada a identidade dos informantes, de forma a ser codificada por um pseudônimo, que não permita associação ou revelação de suas identidades.

De acordo com a autorização dos entrevistados, a entrevista foi gravada em MP4, em seguida, foi transcrita na íntegra e submetida à análise. As únicas exigências feitas eram que os entrevistados estivessem atualmente em processo de análise ou já tivessem passado pelo processo analítico, e que fossem maiores de 18 anos. Foram obtidos, 16 (dezesesseis) depoimentos orais – 02 (dois) de entrevistados do sexo masculino e 14 (Quatorze) do sexo feminino.

A idade dos entrevistados variou de 21 (vinte e um) a 29 (vinte e nove) anos. Estão entre o sétimo e o décimo período no curso de Psicologia. Dentre os 16 (dezesesseis) entrevistados, 04 (quatro) estão em processo de análise, os demais estão em entrevistas preliminares com um psicanalista. O tempo que estão frequentando o psicanalista varia entre dois meses a um ano e três meses.

Para a análise das entrevistas, utilizamos a orientação teórico-metodológica da Psicologia Social Discursiva, que concebe o discurso como uma forma de ação social. Assim, o discurso é derivado de seu uso em determinadas situações ou contextos sócio-discursivos (BILLIG, 1991; WETHERELL; POTTER, 1992; POTTER, 1996).

Os analistas do discurso estão preocupados com o discurso em si mesmo, e não, com um meio de se chegar a alguma realidade que estaria por detrás deles. "Ao invés de ver o discurso como um caminho para outra realidade, os analistas de discurso estão interessados no conteúdo e na organização dos textos" (GILL, 2003, p. 247). O discurso não é apenas o ato de falar:

[...] as práticas discursivas deixam claro que falar não só é algo mais como também é algo diferente de exteriorizar um pensamento ou descrever uma realidade: falar é fazer algo, é criar aquilo de que se fala, quando se fala (IÑIGUEZ, 2004, p.95)

A atenção à variabilidade discursiva é uma característica que diferencia essa abordagem. A variabilidade, tanto no interior de um mesmo grupo social quanto nas diferentes intervenções discursivas de um mesmo indivíduo, ocorre, em primeiro lugar, porque a linguagem é usada para uma variedade de funções. Ao realizar diferentes ações em seus discursos, objetivando, de maneira intencional ou não, produzir determinadas conseqüências, os sujeitos constroem discursos contraditórios e inconsistentes (POTTER; WETHERELL, 1987).

Assim, depois da transcrição das entrevistas foram realizadas diversas leituras do material, com o objetivo de torná-lo familiar para nós. Na prática da análise de discurso, faz-se necessária uma mudança no modo como pensamos sobre a linguagem. Ao invés de procurar algo que estaria além do discurso, algo a que teríamos acesso por intermédio do discurso (um sintoma, uma atitude, uma representação, uma crença), focamos nossa atenção no modo como o discurso é construído, na sua forma de organização, nas suas funções (POTTER; WETHERELL, 1987; GILL, 2003).

Na análise de discurso, o processo de codificação não é sinônimo de análise, é uma fase preliminar desse processo propriamente dito. As categorias usadas na codificação têm por objetivo facilitar a análise, não esgotam tal processo, que é constituído pela procura por padrões de variabilidade e consistência nos discursos e pela tentativa de identificar suas funções e conseqüências (POTTER; WETHERELL, 1987; GILL, 2003).

Por fim, o processo de análise é constituído por dois momentos intimamente associados. Num primeiro momento, procuram-se padrões nos dados. Esses padrões se apresentam em forma de variabilidade e consistência, isto é, diferenças nos conteúdos e nas formas dos discursos e igualdade, características comuns nos diferentes discursos. No outro momento, procuram-se identificar a função e as conseqüências dos discursos. Formulam-se hipóteses sobre as funções dos discursos e procuram-se evidências para tais hipóteses no material sob análise (POTTER; WETHERELL, 1987).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Os discursos construídos sobre o pagamento na Psicanálise

Na clínica psicanalítica quando o paciente aborda a questão do pagamento, o psicanalista não deve relacionar isso a uma relação comercial, a um serviço prestado. Ele deve entendê-la como algo a ser tratado, semelhante a uma formação do inconsciente, como algo que está para além da moeda corrente, isto é, essa questão é parte da sintomatologia do sujeito. A colocação do pagamento põe o inconsciente para trabalhar. O gesto do pagar instaura um corte: de um outro ao Outro, do registro imaginário ao simbólico (MACEDO, 2009).

Assim, Belchior (2005) afirma que a questão do pagamento estabelece valor à análise e com isso retira o sujeito da relação subjetiva, de dever algo ao psicanalista. Este profissional não possui um preço fixo para todos os pacientes, pois isso situaria sua práxis no registro da

prestação de serviços. No entanto, no discurso que se segue o ato de pagar está diretamente ligado a prestação de serviços:

[...] O ato de pagar pra mim está mais relacionado ao fato que é um serviço que está sendo prestado e eu tenho que retornar esse serviço e a forma como eu retorno é com o pagamento. [...] A maior importância de pagar. Eu acho que pra mim, é importante porque é... relacionado a isso mesmo, relacionado a essa questão de serviço porque eu não vou tá devendo pro analista, eu não vou tá devendo pra ele. (Roberto², 23 anos, há dois meses está indo ao analista).

Roberto em sua fala demonstra que o pagamento é extremamente necessário no processo analítico, mas que ele está diretamente ligado a um serviço, e que por isso, é preciso pagar alguma coisa. No final do seu discurso torna-se evidente a preocupação do entrevistando em não dever ao psicanalista.

O dinheiro nas relações, em geral, está entre os termos de um intercâmbio por instituir entre elas um valor, podendo assumir o lugar de um privilegiado objeto de troca, funcionando como representante da falta, da realidade de que ninguém tem tudo. O dinheiro sustenta, assim, como consequência, uma convenção que é a do silêncio, na suposição de que se paga por um serviço, uma atenção, um saber, um amor, uma amizade, e aí se está na transferência. Se o analisante não pagar a análise, o psicanalista o estará deixando no registro eterno da culpa (BLEY, 2003).

O discurso abaixo, vem reiterar a fala de Roberto ao falar que o analista está trabalhando, prestando um serviço a alguém, e por isso ele precisa ser remunerado:

O ato de pagar é a importância, né? [...] São pessoas que já trabalham, né? Precisa ser, ser pago, né? [...] O que significa o ato de pagar pra uma análise, eu nem sinto que eu to pagando assim, eu não sinto falta do dinheiro, entendeu? Eu sinto que o dinheiro está sendo bem investido. [...] A questão do investimento do sujeito. (Amanda, 22 anos, há dois meses e meio está indo ao analista).

No decorrer do seu relato, Amanda ainda nos diz que não sente falta do dinheiro investido na análise, se pudesse pagaria mais. Assim, segundo Reis (2008) o ato de pagar a análise pode ter “uma incidência sobre a satisfação libidinal” que é proporcionada pelo sintoma, e isso vai servir para ajudar a desgastar o sintoma libidinalmente.

² Para garantir o anonimato dos entrevistados e demais pessoas citadas nos discursos, foram utilizados pseudônimos.

Em um tratamento de psicanálise o dinheiro é tomado como um elemento significativa da condição desejante do analisando, ou seja, este será oferecido segundo uma referência particular de valor e na medida em que o sujeito esteja disposto a livrar-se dos ganhos advindos do sofrimento gerado por seu sintoma. Tal disposição de pagar por uma análise envolve do ponto de vista da economia psíquica do sujeito, perda narcísica. Assim, em uma análise, paga-se para perder. A questão do pagamento articula-se, então, com a possibilidade de o sujeito saber de seu desejo (SLEMENSON, 2001).

Carolina e Samara reafirmam a fala de Amanda em relação à questão do investimento do sujeito no processo de análise:

[...] Pra mim significa uma coisa que eu invisto em mim, sabe? Mas eu acho que isso vai, isso é uma coisa bem particular mesmo, porque foi uma coisa que eu descobri que vai de encontro ao meu sintoma, sabe? É uma coisa que eu invisto em mim, o dinheiro. Porque minha relação com o dinheiro é bem desgastante. [...] Sempre ficar sem nada, e aí eu descobri nesse pouco tempo, sabe? Que era um dinheiro que eu não quero deixar, sabe? De dá pra mim, sabe? [...] É uma coisa bem pra mim, significa um espaço pra mim, pagar algo do qual eu sei que estou me utilizando, né? (Carolina, 22 anos, há quatro meses e meio está indo ao analista).

O pagamento na análise ela significa o investimento do sujeito. [...] Mas é muito interessante que a própria questão de pagar ela tem uma relação com o investimento do sujeito, com minha história de vida. Eu comecei pagando um tanto e em um determinado momento eu senti a necessidade de aumentar o valor, por que depois eu fui percebendo que era uma necessidade de um investimento financeiro, que era também um investimento meu, que eu tava sentindo ali a partir do momento que vinha aquela, aquele desejo de saber, de saber seu sintoma. Então, pra mim o dinheiro nunca será uma coisa qualquer. Assim, o ato de pagar na análise ele se dá a nível financeiro e muito mais a nível de elaborações, de angústias, de se deparar com suas próprias questões. (Samara, 23 anos, há um ano e três meses está indo ao analista e dentre esse tempo a nove meses está em análise).

As palavras de Carolina apontam que o dinheiro é algo que vai de encontro ao seu sintoma. Sua relação com ele é algo desgastante e depois de começar a ir ao analista percebeu a importância de pagar a análise, pois aquele momento é um espaço dedicado a ela, isto é, ao seu inconsciente. É um espaço no qual ela se utiliza, fazendo com que ela tenha mais contato com o seu sintoma e possa trabalhar ele.

Segundo Slemenson (2001) a questão do dinheiro circunscreve a própria “arquitetura” e a própria economia psíquica do sujeito, do ciframento que permite a construção da condição de deciframento. Com isso, é possível articular o pagamento em relação aos deslocamentos de investimentos entre os diferentes objetos, dos investimentos libidinais em sua dimensão. A

possibilidade de ciframento abre a perspectiva de pensarmos metaforicamente a idéia de libido como capital e do dinheiro como operador do montante das realizações libidinais para o inconsciente. Assim, durante o percurso de uma análise o dinheiro fará passar uma série de significantes que dizem da história do sujeito, do sintoma do analisando.

Samara enfatiza a questão de se implicar durante a análise. Em um certo momento ela constatou que era necessário aumentar o valor da sessão, para que ela pudesse se implicar mais no processo. Ela relata que o ato de pagar não é algo que se dá apenas a nível financeiro, é algo que vai muito além e encontra-se no nível das “elaborações”, das “angústias” e de “se deparar” com suas próprias questões.

De acordo com Lemos (2000), o dinheiro nunca será um elemento qualquer, e o sujeito não terá maiores dificuldades em dar testemunhos ao psicanalista do modo como o sucesso, o fracasso ou o descaso familiar na relação com o dinheiro estão presentes sintomaticamente na sua vida atual. Por isso, algumas vezes o próprio analisando toma a atitude de aumentar o valor da sua análise. “É reconhecível numa análise o momento no qual o próprio analisante vê-se comprometido com sua análise e não com o analista, neste contexto vê-se pagando por sua palavra, por sua análise” (SLEMENSON, 2001, p.82).

No discurso que se segue, a entrevistada relata que empregou todo o dinheiro que tinha na análise:

[...] Eu queria que saísse do meu bolso o dinheiro. Então era todo o dinheiro que eu ganhava naquele momento. Então, pra mim eu deixei de fazer muita coisa tipo sair no final de semana pra tá pagando a análise [...] Na hora de pagar é como se eu deixasse um pedacinho de alguma coisa. É nesse sentido, é como se alguma coisa ficasse lá. É tanto que eu notei uma certa forma, uma diferença por que eu estabeleci de 15 em 15 dias o pagamento das sessões. Então é diferente no dia que eu pago. Eu acho que de certa forma eu acabo produzindo mais no dia que eu pago do que no dia que eu não pago. [...]. Certa forma há toda uma diminuição de gozo mesmo nesse sentido de que você começa a falar, falar e se implicar sempre, se implica ou é muito chato (Isys, 24 anos, há seis meses está indo ao analista).

Segundo Quinet (2009), há uma única maneira de se fazer análise é “investindo tudo”, nada pode ficar fora desse processo e o dinheiro deve estar presente, acompanhando a libido que corresponde “a uma hemorragia inicial de gozo do sintoma”. Assim, Isys expõe que investiu tudo na análise e que a sessão torna-se mais produtiva no dia em que ela faz o pagamento. Esse fato torna-se mais evidente a questão do pagamento. Parece que o sujeito se implica mais quando sabe que está investindo em algo para si.

O discurso a seguir, relaciona a questão do pagamento a uma demanda de amor:

[...] Eu acho que é algo que vem da minha demanda de análise e do que tá diretamente ligado aquele... aquela questão de amor mesmo que é deixado, destituído ali pela analista e eu. [...] A pessoa até sente um algo de estranheza. Tem a obrigação, a estranheza a necessidade de tá pagando, o desejo de tá pagando, é... retribuindo... é eu acho que vai por essa esfera do amor. (Edgar, 24 anos, há nove meses está indo ao analista).

Edgar nos diz que o pagar está diretamente relacionado à sua demanda de análise, que no caso ele fala que é uma demanda de amor. Para Quinet (2009), a demanda de amor é uma das cinco funções relacionadas à questão do dinheiro. O que especifica o pagar na análise não é algo da “ordem do amor, mas sim da demanda de amor”. A partir disso, o dinheiro torna-se um dos objetos que podem ser perdidos – “objeto da demanda que adquire um valor que o transmite em sinal de amor” (QUINET, 2009, p.83).

De acordo com Farias (2004), Freud, em 1917, coloca o dinheiro na série de equivalência simbólica (fezes = dinheiro = dádiva = bebê = falo). Estes objetos equivalentes são verdadeiros catalisadores libidinais. O quantum de libido envolvido nesses objetos tem sua representação no inconsciente sob forma de significante, mas também sua manifestação dinâmica, algo que não é de todo apreendido pelo significante, mas que se inscreve, repetidamente na busca pela satisfação. Esse ciframento da libido, Freud percebeu que poderia ser contabilizado pelo dinheiro, na experiência analítica.

Assim, podemos fazer uma relação entre o discurso de Edgar quando ele dá o dinheiro ao analista, é como se fosse dar as fezes para a mãe, isto é, “neste momento a criança opta por uma atitude de amor objetal, abrindo mão do prazer da atitude narcisista e auto-erótica” (NORONHA, 2007). Partindo disso, torna-se evidente que o entrevistando quando paga a análise ele abre mão de algo ligado ao seu sintoma.

No discurso abaixo, veremos que a entrevistada se sente envergonhada ao pagar a análise:

[...] Quem paga minha análise é minha mãe, então eu fico envergonhada de pedir esse tanto de dinheiro a ela. [...] Eu acho um absurdo pela hora que eu passo lá, até porque agora eu não to vendo tanto rendimento. [...] Eu fico muito encabulada de pagar [...] É uma coisa estranha, não sei, eu me sinto envergonhada, fico esperando um momento mais propício, e eu não digo nada, eu só digo oh... oh... eu trouxe o dinheiro aí, eu entrego o dinheiro, mas eu me sinto constrangida. [...] Aí eu não sei se deixar de ser alienada compensa tanto assim não, mais hoje causa um sofrimento em mim, é uma angustia, claro que esse processo é lento, mas o que causa em mim hoje é

angústia, sofrimento. (Polyana, 21 anos, há dois meses e meio está indo ao analista).

Polyana relata que paga muito caro e não está tendo o retorno desejado, se “compensa tanto assim” “deixar de ser alienada”. Além disso, ela se sente envergonhada por ter que pedir a sua mãe o dinheiro pra pagar a análise. O ato de entregar o dinheiro ao analista é algo que soa estranho para a entrevistada e por isso ela espera o momento que considera melhor para realizar o pagamento.

Nos trâmites da economia libidinal, veiculada pelo lugar de falante, as questões de dinheiro ganham expressões de certa equivalência para cada um ao desconhecimento da satisfação no sofrimento do sintoma. O sintoma que articula pulsão e inconsciente faz do sujeito um trabalhador cuja tarefa é produzir para satisfazer um Outro (BLEY, 2003).

Uma das formas de manejar essa dificuldade e de possibilitar que o sujeito possa se “desapegar” de seu sofrimento e subverter a solução vigente é permitir que ele pague pelo trabalho que realiza em análise (CISCATO, 2011).

No discurso de Raquel, ela expressa que um dos motivos que a fez abandonar sua análise foi à questão do pagamento:

Pagar a análise pra mim foi uma coisa muito estranha por que minha analista nem tocava no assunto. Eu que toda vida perguntava, ficava perguntando: mas como é? Nós vamos fazer como? Eu quero que você me diga e tal. E ela dizia: não se preocupe, eu quero só que você fale, depois a gente vê isso. Aí era como se essa questão não existisse. [...] Eu acho, que eu não continuei indo a análise por que assim... o dinheiro... dá o dinheiro era como se ela fosse obrigada a ouvir... num é como um amigo que ah... tá bom eu escuto. Ela num tá ali como um amigo... ela tá ali pra ouvir o que a gente tá falando, qualquer bobagem que fosse ela tava ali pra ouvir, é meio que isso. Como ela num me cobrou, num me falou nada do dinheiro, isso meio que me desestimulou a ir (Raquel, 22 anos, foi ao analista por dois meses).

A entrevistada, no discurso acima, relata que sempre perguntava a sua psicanalista sobre o pagar, mas analista sempre ia deixando essa questão para discutir depois. Como ela nunca cobrou e nem falou do dinheiro, essa questão incomodou Raquel e isso a “desestimulou a ir” para análise. A entrevistada, ainda, fala que um analista não é igual a um amigo, que ele está no *setting* analítico para escutar tudo que o analisando falar. E se ela pagasse com o dinheiro por essa escuta, a analista seria “obrigada a ouvir” até mesmo “qualquer bobagem”.

Respalhando-se em Freud, Batista (2007) afirma que o dinheiro envolve poderosos fatores sexuais e faz menção ao fato de que, sem o efeito regulador proporcionado pelo pagamento, há a privação de um “forte motivo” para o paciente dar fim à sua análise. Assim, o psicanalista não deve poupar o analisante da questão do dinheiro.

De acordo com Macedo (2009) questões que desresponsabilizam o sujeito, fazem com que o paciente haja no sentido de ir contra o tratamento, seja desvalorizando a análise, seja acomodando-se no sintoma. Com o tempo, o ato de não pagar a análise, leva a uma falta de *rapport* com o inconsciente, não promovendo a subjetivação e, levando a tais reações que inviabilizam o tratamento. Com isso, o pagamento torna-se algo fundamental para os que querem levar adiante a análise.

4.2 Os discursos construídos sobre o ato de não cobrar e a importância de um valor simbólico

A clínica escola de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB desde a sua fundação oferece serviços de atendimento psicológico gratuitos para a comunidade. Uma das inquietações dos estagiários dessa instituição é justamente a questão da ausência do pagamento pelo tratamento.

De acordo com Buckley, Karasu, Charles (1979, apud NORINHA, 2007) um dos erros mais graves cometidos por estagiários de clínicas escola de Psicologia, é evitar falar em questões relacionadas ao dinheiro, sobretudo em relação ao estabelecimento de honorários. Pois a relação com o dinheiro passa pelo investimento, que é a forma como cada sujeito se relaciona com sua energia libidinal (RAPHAEL, 2011).

A partir disso, observamos que no curso de formação de psicólogos da UEPB, os futuros psicólogos partem para a vida profissional com pouco ou nenhum conhecimento sobre como lidar com a questão do pagamento com seus pacientes e, mais especificamente, dentro da teoria psicanalítica, sem conhecer o significado do ato de pagar e do ato de cobrar uma análise.

De acordo com Bley (2003, p.01) “Começar a pensar uma clínica que interrogue sobre quanto custa o tratamento, até os honorários do profissional”, só se torna possível a partir da própria análise do analista e de sua experiência em atender. Pois, é para além da questão econômica mercadológica, que a psicanálise questiona-se pelo lugar do pagamento na clínica.

Nas entrevistas a seguir, fica evidente a inquietação dos estagiários em relação a “não cobrar” a sessão aos seus pacientes:

Atender aqui na clínica escola e não cobrar eu acho que é um ponto em falha aqui na faculdade, por que tem muitos pacientes que não dão a devida... importância, né? Aos atendimentos. [...] Eu acho que talvez o pagamento faria com que se desse mais valor mesmo, né? Mais importância aquele trabalho que está sendo feito ali, né? [...] E eu acho que se fosse implantado um valor simbólico, isso poderia provocar mais implicação dos pacientes perante esses atendimentos, né? (Letícia, 24 anos, há 10 meses está indo ao analista e dentre esse tempo a um mês está em análise).

É complicado atender e não cobrar, né? Pela questão que... ele não tem esse preço simbólico que ela tá pagando... esse preço... ele não tem noção disso. Então, é complicado ele se implicar no processo, às vezes eu acho que essa questão de não cobrar dificulta. [...] Mas essa questão dificulta muito ele se implicar no processo... ele está pagando a um analista. [...] Se existisse um preço simbólico, eu acho que seria uma forma de implicar mais o paciente no processo dele. Evitar as questões dos abandonos do atendimento também. Por que se ele tá pagando, ele tá implicado ali, tá dando mais valor ao... espaço. Num é aquela questão por que é de graça, eu vou na hora que eu quero (Lara, 23 anos, há dois meses e meio está indo ao analista).

Letícia fala que um dos pontos em “falha” na clínica escola é justamente a questão do ato de não cobrar os atendimentos realizados. Ela coloca, também, que se existisse o pagamento os pacientes passariam a dar “mais valor” ao “trabalho que está sendo” realizado e dessa forma eles se implicariam mais no tratamento.

Lara em seu discurso, deixa explícito que é “complicado atender e não cobrar”, pois os pacientes acabam por não se implicarem no “processo”, passando a faltar às sessões e até mesmo abandonar o tratamento. Ela fala que se existisse um valor simbólico os pacientes passariam a dar um “maior” “valor ao espaço”, isto é, ao processo analítico.

No discurso a seguir, a entrevistada relata que por não pagar “nada”, o paciente não tem “responsabilidade” com sua análise:

[...] por não, não cobrar eu sentia que era como se fosse uma escuta... num tem um... num tem, muitas pessoas não tem uma responsabilidade, por que num pagam nada. Então é como se não tivesse nada importante naquilo... Por que a questão financeira influencia diretamente na análise da pessoa. E pelo fato dela não pagar traz uma falta de responsabilidade, muitos pacientes faltam por bobagem... “eu não vou hoje, fui resolver uma coisa do trabalho”. Sim, mas sua análise também tem um custo... tem um custo... você tem uma responsabilidade com seu terapeuta, com seu analista, mas tipo, eu acho que não cobrar nada, desvaloriza tanto o atendimento que você faz como... também dá uma desvalorizada no tratamento da pessoa, então isso implica, ela fica como se aquilo não fosse dela não fosse pra ela. [...] Eu acho que se existisse um valor simbólico... só aquelas pessoa que tivessem extrema

vontade... necessidade mesmo de se inserir no processo psicoterápico-analítico é... iam ter que continuar com o trabalho porque a partir do momento que a gente cobra por algo as pessoas começam a perceber um pouquinho da importância daquilo, porque pesa no bolso, num é só pela questão de pesar no bolso, de pesar no valor que ela atribui aquilo...a ida ao psicólogo. E o fato de não existir essa cobrança torna-se um trabalho banalizado (Paola, 22 anos, há oito meses está indo ao analista e dentre esse tempo a dois meses está em análise).

Paola afirma que a “questão financeira influência diretamente na análise” de cada sujeito e por não pagar, ele acabam não se responsabilizando por algo que é dele. Além disso, ela afirma que se existisse um valor simbólico na clínica escola “as pessoas começariam a perceber um pouquinho da importância” do seu tratamento.

Segundo Macedo (2009) É preciso que o sujeito pague para saber que o pagamento não salda a sua dívida. Ao se dar conta que não pode pagar, a pessoa pode largar a análise ou então mudar de registro. Neste caso, o sujeito sairá do registro da dívida para o registro da responsabilidade. Para possibilitar esta passagem ao registro da responsabilidade, é necessário que o analista considere que não se negocia uma análise. O analista não poupa o analisante do encontro com o real. O valor cobrado numa análise é uma intervenção do analista, é o próprio manejo analítico, é o que possibilita que o símbolo alcance o real. Ou seja, o sujeito é chamado para além do valor simbólico do dinheiro, para um lugar inabitado. Assim, mesmo que não haja pagamento, ele estará lá.

Os discursos, abaixo, relatam que a implantação de um valor simbólico, em uma clínica escola de Psicologia onde o tratamento é gratuito, fará com que o estagiário se esforce “mais em atender” e se dedique “mais pros atendimentos”:

Seria interessante implantar um valor simbólico... até por que... para os estagiários, assim... se esforçarem mais em atender. Num ser uma coisa, tipo é por obrigação por ser um estágio que eu preciso para me formar, mas vai ser recompensado de alguma forma, não só em conhecimento, mas vai me ajudar de alguma forma (Jordana, 21 anos, há cinco meses está indo ao analista).

Bom eu nunca parei pra pensar sobre atender e não cobrar, até porque o meu papel de atendimento aqui na clínica é ligado a um estágio vinculado a universidade que eu estou estudando, se isso fosse é... se eu fosse profissional e estivesse atendendo de graça ia ser outra via, outro olhar...ai pelo fato de eu saber que aqui eu sou estudante e estagiária isso não me incomoda.[...] Mas eu acho que seria importante o manejo do dinheiro... eu acho que seria muito importante até mesmo... pelo fato de... num sei, de você se engajar mais, você se preparar mais pros atendimentos [...] eu acho que se tivesse pagamento eu iria me dedicar mais aos atendimentos até mesmo pra

que haja um maior feedback com o paciente (Mara, 23 anos, há seis meses está indo ao analista).

Jordana enfatiza que realiza os atendimentos na clínica escola por obrigação, por ser um estágio pelo qual ela precisa passar para conseguir seu título de psicóloga. Mas se os pacientes pagassem pelos atendimentos ela se sentiria recompensada “de alguma forma”. Ela também ressalta que os atendimentos são necessários para que ela adquira mais conhecimento sobre a prática clínica.

De acordo com Quinet (2009, p.86), “pagar mostra que algo do desejo do analista é também amodável pelo dinheiro e que a análise está colocada dentro de um laço social”. Assim, ao incluir a questão do pagamento, o analista sinaliza que não está ali no *setting* analítico “de graça”, “somente por amor”, ou tem em vista exclusivamente “outros ganhos”, como a experiência clínica. O ato de cobrar estabelece que exista, também, uma responsabilidade do lado do analista.

Mara em seu discurso afirma que por ser estagiária, de uma clínica escola, ainda não parou para pensar sobre a questão de “não cobrar” pelo atendimento que oferece aos seus pacientes e que isso não a “incomoda”. A entrevistada diz que essa questão poderá lhe incomodar quando ela se tornar “profissional”. Além disso, Mara reafirma a idéia de Jordana sobre a implantação do valor simbólico na clínica, pois para elas se existisse o pagamento, ambas se dedicariam mais aos atendimentos.

De acordo Herzberg (1996, apud PERES; SANTOS; COELHO, 2003, p.48) a finalidade básica das clínicas escola de Psicologia é “possibilitar o treinamento de alunos, mediante a aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula”, essa experiência irá contribuir para a formação de profissionais habilitados para ser psicólogos. Assim, nesse contexto da clínica escola a importância de se colocar o pagamento, em um trabalho analítico, ocorre através de um “enfoque dentro do campo da economia psíquica, trabalhando-se o dinheiro como um representante libidinal” (NORONHA, 2007, p. 143).

Com isso, quando existe um valor simbólico nas clínicas escola, o dinheiro fica na instituição, isto é, não é destinado ao estagiário. Essa quantia investida pelo paciente é revertida na melhoria das instalações da clínica escola. Assim, quando as entrevistadas falam que se existisse o valor simbólico elas se empenhariam mais para atender, isso nos remete a um quantum de libido, a um investimento libidinal. O valor simbólico quando implantado em

uma clínica escola se torna importante, pois essa questão auxiliará o estagiário a compreender melhor relação pagamento/sintoma.

O estagiário ao atender sem cobrar, muitas vezes, não se dá conta que não está atendendo de “graça”. Ele está ganhando algo com isso, ou seja, a experiência clínica que os atendimentos lhe proporcionam é o seu pagamento. O estagiário durante todo o percurso acadêmico paga créditos (disciplinas) para conseguir seu título de psicólogo, e isso se torna mais evidente quando ele passa a pagar o estágio na clínica escola.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, propusemo-nos a estudar os discursos construídos sobre o pagamento em Psicanálise por estudantes do curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Buscamos, ainda, alcançar os seguintes objetivos específicos: analisar os discursos dos estagiários da clínica escola, quanto ao ato de cobrar o atendimento e; Investigar a importância de um valor de pagamento, mesmo que simbólico, na clínica escola.

Com base nas análises dos depoimentos dos entrevistados, é possível afirmar que diferentes sentidos são atribuídos ao pagamento: como uma prestação de serviço do analista; um investimento do sujeito; está ligado a demanda de amor, a angústia, ao sofrimento e a desistência do processo analítico.

Além disso, todos os entrevistados em seus discursos sugerem a implantação de um preço simbólico na clínica escola de psicologia da UEPB, pois para eles o valor simbólico fará com que os pacientes se impliquem mais no seu tratamento. Alguns entrevistados, também relatam que com o valor simbólico estabelecido os estagiários iriam se dedicar mais aos atendimentos.

Assim, a forma como cada sujeito se implica diante do ato de pagar é particular e singular, isto é, é parte da sintomatologia do sujeito. Não existe um preço fixo, estabelecido para a análise, ele é negociado entre o paciente e o analista. O pagamento é uma das condições necessárias pra que ocorra o processo analítico. Em uma das entrevistas vimos que a própria analisanda se implicou no processo e resolveu por conta própria aumentar o valor da sua análise, sem que sua analista pedisse.

Vimos, por meio dos discursos dos estudantes, que a questão do pagamento é pouco discutida durante a formação do profissional de Psicologia, isso sinaliza as dificuldades que

eles encontraram durante o estágio na clínica escola, e que poderão encontrar quando se tornarem profissionais.

Destacamos, ainda, a importância de se colocar o pagamento no processo analítico, com um enfoque no campo da economia psíquica, trabalhando-se o dinheiro como um representante libidinal. Em uma análise, o sujeito não paga só com o dinheiro, ele paga com seu sintoma.

6. REFERÊNCIAS

ÁLVARO, J. L.; GARRIDO, A. A Psicologia social atual. In: _____. **Psicologia social – perspectivas psicológicas e sociológicas**. São Paulo: McGraw-Hill, 2006. p. 315-368.

BATISTA, G. Entre o verbo e a verba. **Epistemo-somática**, Hospital Mater Dei - Belo Horizonte - Minas Gerais, v. 4, n. 02, ago/dez 2007, p. 91-98.

BELCHIOR, Y. **Psicanálise e o Social: A Questão do Dinheiro**. 2005. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/yarabelchior/ler.asp?id=34616&titulo=Yara_Belchior>. Acesso em: 23 de maio de 2011.

BILLIG, M. **Ideology and opinions**. London: Sage Publications, 1991.

BLEY, S. M. **Sobre os Pagamentos em Clínica**. 2003. Disponível em: <<http://www.associacaoclinicafreudiana.com.br/pagamentos.htm>>. Acesso em: 10 de maio de 2011.

CISCATO, M. A. **O preço da Psicanálise na favela: Pelo que paga um sujeito em análise?** 2011. Disponível em: <http://www.ebprio.com.br/centros_atendimento_digaimare_produtos_oprecodapsicanalisenafavela.html>. Acesso em: 10 de maio de 2011.

DI GIACOMO, G. **A Questão do Dinheiro em uma Clínica Institucional**. 2010. Disponível em: <<http://gestopsicanalise.com.br/escritos/ensaios/a-questao-do-dinheiro-em-uma-clinica-institucional-2/>>. Acesso em: 10 de Maio de 2011.

FARIAS, C. D. O capital do sujeito: Excedente e usufruto na experiência analítica. In: XIV Encontro Brasileiro do Campo Freudiano. **Fazer análise**. Porquê, quando e como. Rio de Janeiro: EBP, 2004. p. 115-117.

FREUD, S. Sobre o início do tratamento. In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p.137 – 160.

GARCEZ, M. M. Novas Urgências Sociais: A Psicanálise e o Plano de Saúde. **Psicologia em foco**, Aracaju, Faculdade Pio Décimo, v. 3, n. 2, jul./dez. 2009, p.87-95.

GERGEN, K. J. The Social Constructionist Movement in Modern Psychology. **American Psychologist**, v. 40, n. 3, 1985, p. 266-275.

GUÉGUEN, Pierre-Gilles. Quatro pontuações sobre a psicanálise aplicada. In: Trabalhos da Escola da Causa Freudiana reunidos pela Associação do Campo Freudiano. **Pertinências da Psicanálise Aplicada**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p. 17-21.

GILL, R. Análise de discurso. In: GASKELL, G. & BAUER, M. W. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 244-269.

GORDON, J. O dinheiro na obra de Freud. **Literal** – Dinheiro e pagamento em Psicanálise, Boletim da escola de Psicanálise de Campinas, v.3, n. 3, jul. 2000, p. 36-45.

IÑIGUEZ, L. Os Fundamentos da Análise do Discurso. In: IÑIGUEZ, L (Org). **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 50-104.

LACAN, J. A carta roubada. In: _____. **O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise**. O Seminário, livro 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. p. 241-258.

LANG, A. B. S. G.; CAMPOS, M. C. S. S.; DEMARTINI, Z. B. S. **História oral e pesquisa sociológica: a experiência do CERU**. São Paulo: Humanitas, 2001.

LEMO, M. T. G. Abertura das jornadas. **Literal** – Dinheiro e pagamento em Psicanálise, Boletim da Escola de Psicanálise de Campinas, v. 3, jul. 2000, p. 05-07.

MACEDO, E. **Do Pagamento em Psicanálise**. 2009. Disponível em: <www.psicanaliselacanianana.com/mural/textos/.../Elza-Pagamento.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2011.

MACHADO, O. M. R. Qual a relação entre sintoma e sinthoma? **Cadernos de Psicanálise – SPCRJ**, v. 20, n.23, 2004, p.1-15.

MEDRADO, B. Textos em Cena: a mídia como prática discursiva. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 243-271.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007.

NORONHA, O. R. O estagiário-psicoterapeuta e as relações de pagamento/dinheiro com os pacientes de clínicas-escola. **Psicólogo inFormação**, vol. 11, n. 11, 2007, p. 127-145. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/PINFOR/article/view/535/533>. Acesso em: 11 de maio de 2011.

PERES, R. S.; SANTOS, M. A.; COELHO, H. M. B. Atendimento psicológico a estudantes universitários: considerações acerca de uma experiência em clínica-escola. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 20, n. 3, dez. 2003, p. 47-58. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2003000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 de maio 2011.

POTTER, J. Attitudes, social representations and discursive psychology. In: WETHERELL, M. (Org.) **Identities, groups and social issues**. London: Sage Publications, 1996. p. 119-173.

POTTER, J. **La representación de la realidad**: discurso, retórica y construcción social. Barcelona: Paidós, 1998.

POTTER, J.; WETHERELL, M. **Discourse and Social Psychology**: beyond attitudes and behavior. London: Sage Publications, 1987.

QUINET, A. **As 4+1 Condições da Análise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

RAPHAEL, J. K. D. **Interessa ao convênio a Psicanálise?**. Disponível em: <<http://revistas.unijorge.edu.br/inter subjetividades/index.php/artigos/49-interessa-ao-convenio-a-psicanalise>>. Acesso em: 15 de maio de 2011.

REIS, A. Gratuidade e pagamento. In: HOICK, A. L. L. et al (org.). **Psicanálise na favela projeto Digai-Maré**: a clínica dos grupos. Rio de Janeiro: Associação Digai-Maré, 2008. p. 141-147.

SLEMENSON, K. \$em?. **Pulsional** – Revista de Psicanálise. Ano XIV, nº142, 2001, p.76-87. Disponível em: <http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/142_08.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2011.

SOUZA, E. M. C. Z. D. O dinheiro e a psicanálise. In: MOURA, M. D. (org.). **Psicanálise e hospital**. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

SPINK, M. J. P. **Psicologia Social e saúde**: práticas, saberes e sentidos. Petrópolis: Vozes, 2003.

SPINK, M. J. P.; FREZZA, R. M. Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da psicologia social. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção dos sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2004. p. 17-39.

SPINK, M. J. P.; GIMENES, M. G. G. Práticas discursivas e produção de sentido: Apontamentos metodológicos para a análise de discursos sobre a saúde e a doença. **Saúde e Sociedade**, v. 3, n. 2, 1994, p.149-171.

SPINK, M. J.; MEDRADO, B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção dos sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2004. p. 40-61.

VELOSO, T. M. G. et al. Residências Terapêuticas e Reforma Psiquiátrica em produções discursivas da população. In: SILVEIRA, M. F. A.; SANTOS JÚNIOR, H. P. O. (Orgs.). **Residências Terapêuticas**: pesquisa e prática nos processos de desinstitucionalização. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 139-160.

WETHERELL, M.; POTTER, J. **Mapping the language of racism**: discourse and the legitimization of exploitation. Londres: Harvester Wheat Sheaf, 1992.